

Conhecimentos Gerais e Atualidades

**1. Todo caminho da gente é resvaloso.
Mas também, cair não prejudica demais
A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...
O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:
Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
Sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da
alegria,
E ainda mais alegre no meio da tristeza...
(ROSA, J.G. Grande Sertão: Veredas. Rio de
Janeiro: Nova Fronteira, 2005.)
De acordo com o fragmento do poema acima, de
Guimarães Rosa, a vida é**

- A) uma queda que provoca tristeza e inquietude prolongada.
- B) um caminhar de percalços e dificuldades insuperáveis.
- C) um ir e vir de altos e baixos que requer alegria perene e coragem.
- D) um caminho incerto, obscuro e desanimador.

**2. A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões sociais brasileiras e sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado a noção de corresponsabilidade e a de complementaridade entre as ações dos diversos setores e atores que atuam no campo social. A interação entre esses agentes propicia a troca de conhecimento das distintas experiências, proporciona mais racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências. De uma forma geral, esses desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do terceiro setor. No Brasil, o movimento relativo a mais exigências de desenvolvimento institucional dessas organizações, inclusive das fundações empresariais, é recente e foi intensificado a partir da década de 90.
(BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2013 (adaptado).)**

De acordo com o texto, o terceiro setor

- A) é responsável pelas ações governamentais na área social e ambiental.
- B) promove o desenvolvimento social e contribui para aumentar o capital social.
- C) gerencia o desenvolvimento da esfera estatal, com especial ênfase na responsabilidade social.
- D) controla as demandas governamentais por serviços, de modo a garantir a participação do setor privado.

3. Uma revista lançou a seguinte pergunta em um editorial: “Você pagaria um ladrão para invadir sua casa?”. As pessoas mais expertas diriam provavelmente que não, mas companhias inteligentes de tecnologia estão, cada vez mais, dizendo que sim. Empresas como a Google oferecem recompensas para hackers que consigam encontrar maneiras de entrar em seus

softwares. Essas companhias frequentemente pagam milhares de dólares pela descoberta de apenas um bug – o suficiente para que a caça a bugs possa fornecer uma renda significativa. As empresas envolvidas dizem que os programas de recompensa tornam seus produtos mais seguros. “Nós recebemos mais relatos de bugs, o que significa que temos mais correções, o que significa uma melhor experiência para nossos usuários”, afirmou o gerente de programa de segurança de uma empresa. Mas os programas não estão livres de controvérsias. Algumas empresas acreditam que as recompensas devem apenas ser usadas para pegar cibercriminosos, não para encorajar as pessoas a encontrar as falhas.

E também há a questão de double-dipping – a possibilidade de um hacker receber um prêmio por ter achado a vulnerabilidade e, então, vender a informação sobre o mesmo bug para compradores maliciosos.

Disponível em: <<http://pcworld.uol.com.br>>.

Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

Considerando o texto acima, infere-se que

- A) os caçadores de falhas testam os softwares, checam os sistemas e previnem os erros antes que eles aconteçam e, depois, revelam as falhas a compradores criminosos.
- B) os caçadores de falhas agem de acordo com princípios éticos consagrados no mundo empresarial, decorrentes do estímulo à livre concorrência comercial.
- C) a maneira como as empresas de tecnologia lidam com a prevenção contra ataques dos cibercriminosos é uma estratégia muito bem-sucedida.
- D) os usuários de serviços de empresas de tecnologia são beneficiários diretos dos trabalhos desenvolvidos pelos caçadores de falhas contratados e premiados pelas empresas.

**4. De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovações nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantes para a construção de um mundo globalizado.
(Disponível em: <www.significados.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2013 (adaptado).)**

Sobre globalização, avalie as afirmações a seguir.

- I. É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.
- II. É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social, cultural e política.

III. Atinge as relações e condições de trabalho decorrentes da mobilidade física das empresas.

É correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

5. Uma sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sociocultural, exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição equitativa das riquezas e em condições dignas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; para garantir a todos e a todas os direitos à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer com dignidade; para o fim da exclusão social; para a democracia plena.

(TAVARES, E. M. F. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013 (adaptado).)

Nesse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os princípios que fundamentam uma sociedade sustentável exigem a adoção de políticas públicas que entram em choque com velhos pressupostos capitalistas.

PORQUE

II. O crescimento econômico e a industrialização, na visão tradicional, são entendidos como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando-se o caráter finito dos recursos naturais e privilegiando-se a exploração da força de trabalho na acumulação de capital.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Direito Constitucional

6. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:

- I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será, excepcionalmente, objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que consta em:

- a) I, II, III e IV.
- b) II e III, apenas
- c) I e III, apenas
- d) I, II e IV, apenas

7. O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

- a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.
- b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.
- c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias”.
- d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

8. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Poder Constituinte formal é aquele que se refere a auto-organização do Estado.
- b) O Poder Constituinte Derivado também pode ser denominado como um Poder Constituinte Limitado.
- c) O Poder Constituinte Originário é ilimitado.
- d) Uma das características do Poder Constituinte Derivado é ele ser condicionado.

9. De acordo com a teoria geral do direito constitucional, o conceito de Constituições pode ser concebido em diferentes sentidos. Aponte a alternativa que corresponde aos autores clássicos que concebem a Constituição, respectivamente, nos sentidos sociológico, político e jurídico.

- a) Carl Schmitt, Ferdinand Lassalle e Hans Kelsen
- b) Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle.
- c) Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.
- d) Ferdinand Lassalle, Hans Kelsen e Carl Schmitt.

10. Considere as seguintes normas constitucionais:

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

11. Assinale a opção correta acerca do controle abstrato de constitucionalidade estadual e seu delineamento pela jurisprudência do STF.

A) Declarada no todo ou em parte a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo estadual ou municipal, o Poder Legislativo responsável pela sua emissão terá de ser comunicado com vistas à suspensão da execução dos textos invalidados.

B) Por constituir a ação direta de inconstitucionalidade estadual processo de índole político-administrativa, não cabe recurso extraordinário contra decisão final nela proferida.

C) É dever dos estados seguir com simetria o modelo de propositura da ação estabelecido para o controle abstrato de constitucionalidade federal, fazendo, para tanto, as devidas adaptações dos entes legitimados.

D) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade estadual, o respectivo tribunal de justiça poderá analisar, incidentalmente, eventual inconstitucionalidade do próprio parâmetro de controle estadual invocado na inicial.

12. Acerca das fontes normativas integrantes do ordenamento jurídico do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A) Todas as normas da CF são de observância obrigatória para estados e municípios, devendo ser necessariamente observadas pelas respectivas leis fundamentais.

B) Embora as leis orgânicas municipais estejam sujeitas às constituições dos respectivos estados-membros, estas últimas não têm o poder de disciplinar assunto considerado de interesse local.

C) Decreto autônomo do governador de um estado federado deve ater-se aos limites do poder regulamentar.

D) Conflitos entre leis estaduais e leis municipais têm de ser sanados necessariamente em favor das leis estaduais.

13. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito é correto afirmar:

a) que têm poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciárias, podendo inclusive decretar a prisão de parlamentares quando convocados, bastando o Presidente da Comissão expedir a ordem, após a deliberação por dois terços de seus membros.

b) que, ordinariamente, serão criadas em conjunto, dela participando os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) que suas conclusões, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão encaminhadas ao Poder Judiciário para a obtenção de sentenças condenatórias nos juízos cível e criminal dos responsáveis, conforme previsto no relatório aprovado no âmbito da Comissão.

d) que serão criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo.

14. Considerando o disposto na CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á primeiramente, entre os remanescentes, o mais idoso.

b) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

c) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.

d) Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco.

15. Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, conforme disposto na Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) O ordenamento jurídico-constitucional admite o direito de secessão ao ente federativo.

b) A União pode intervir diretamente nos municípios situados no âmbito territorial dos estados-membros da Federação.

c) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre recursos minerais, jazidas, minas, direito ambiental e direito agrário.

d) Insere-se no âmbito de competência exclusiva da União a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.

Filosofia

16. Pensamento, conhecimento, realidade e linguagem, segundo estudado no início da disciplina, compõe um todo.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I - O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II - A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

III - O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

IV - A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

A) I e IV

B) I e III

C) II e III

D) III e IV

17. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

I - O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

II - O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.

III - O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.

IV - O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

A) I e IV

B) II e IV

C) I e III

D) II e IV.

Direito Civil

18. Danilo celebrou contrato por instrumento particular com Sandro, por meio do qual aquele

prometera que seu irmão, Reinaldo, famoso cantor popular, concederia uma entrevista exclusiva ao programa de rádio apresentado por Sandro, no domingo seguinte. Em contrapartida, caberia a Sandro efetuar o pagamento a Danilo de certa soma em dinheiro. Todavia, chegada a hora do programa, Reinaldo não compareceu à rádio. Dias depois, Danilo procurou Sandro, a fim de cobrar a quantia contratualmente prevista, ao argumento de que, embora não tenha obtido êxito, envidara todos os esforços no sentido de convencer o seu irmão a comparecer. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Sandro

A) não está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de resultado, sendo, ainda, autorizado a Sandro obter ressarcimento por perdas e danos de Danilo.

B) não está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, por ser o contrato nulo, tendo em vista que Reinaldo não é parte contratante.

C) está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de meio, restando a Sandro o direito de cobrar perdas e danos diretamente de Reinaldo.

D) está obrigado a efetuar o pagamento a Danilo, pois a obrigação por este assumida é de meio, sendo incabível a cobrança de perdas e danos de Reinaldo.

19. Sônia, maior e capaz, decide doar, por instrumento particular, certa quantia em dinheiro em favor de seu sobrinho, Fernando, maior e capaz, caso ele venha a se casar com Leila. Sônia faz constar, ainda, cláusula de irrevogabilidade da doação por eventual ingratidão de seu sobrinho. Fernando, por sua vez, aceita formalmente a doação e, poucos meses depois, casa-se com Leila, conforme estipulado. No dia seguinte ao casamento, ao procurar sua tia para receber a quantia estabelecida, Fernando deflagra uma discussão com Sônia e lhe dirige grave ofensa física. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Fernando;

A) não deve receber a quantia em dinheiro, tendo em vista que a doação é nula, pois deveria ter sido realizada por escritura pública.

B) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de o instrumento de doação prever cláusula de irrevogabilidade por eventual ingratidão.

C) não deve receber a quantia em dinheiro, pois dirigiu grave ofensa física à sua tia Sônia.

D) deve receber a quantia em dinheiro, em razão de ter se casado com Leila e independentemente de ter dirigido grave ofensa física a Sônia.

20. Em relação aos direitos da personalidade é CORRETO afirmar que:

a) Havendo lesão a direito da personalidade, em se tratando de morto, não é possível reclamar perdas e danos, tendo em vista que os direitos da personalidade são intransmissíveis.

b) É permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo altruístico ou

científico, para depois da morte, sendo tal ato de disposição revogável a qualquer tempo.

c) Como regra geral, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, mas seu exercício poderá sofrer irrestrita limitação voluntária.

d) A proteção dos direitos da personalidade das celebridades e das chamadas pessoas públicas é mais flexível, sendo permitido utilizar o seu nome para finalidade comercial, ainda que sem prévia autorização.

21. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

a) Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for divisível.

b) A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.

c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

d) Os prazos prescricionais podem ser alterados, desde que seja convencionado pelas partes.

22. Em relação à posse e à propriedade, assinale a opção correta.

a) Considera-se detentor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

b) Por se tratar de bens distintos, a posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

c) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

d) O possuidor de má-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, exceto se acidentais

23. Acerca do direito de família, assinale a opção correta.

a) O casamento religioso com efeitos civis passa a produzir efeitos somente a partir da data em que é efetivado o seu registro perante o oficial competente.

b) A existência de impedimentos dirimentes absolutos acarreta a ineficácia do casamento.

c) O casamento inexistente não pode ser declarado putativo.

d) É inválido o casamento contraído por coação física a qualquer dos cônjuges.

24. Assinale a opção correta acerca da prestação de alimentos.

a) Somente os filhos têm o direito de pedir alimentos.

b) O direito a alimentos é recíproco entre pais e filhos.

c) Após a separação judicial do casal, mesmo que o cônjuge venha a necessitar de alimentos, ele não mais poderá pleitear ao outro cônjuge a prestação alimentícia.

d) Os créditos alimentares prescrevem em cinco anos

25. Madruga dos Anjos, casado com Gabriela Cravo e Canela sob o regime da comunhão parcial

de bens, diante da crise conjugal por que passava, transferiu para o patrimônio da sociedade TRAMBIQUE S.A., da qual era administrador, a casa de praia da família e o apartamento em Miami em que passavam férias, restando no patrimônio do casal apenas o imóvel em que residiam. Tempos depois, em razão de decisões administrativas que acabaram se revelando desastrosas para a empresa, a TRAMBIQUE S.A. acumulou vultosas dívidas. Logo em seguida, o casal se separou. Diante dos fatos narrados, é possível afirmar que:

A) Diante da falta de recursos suficientes para pagar todas as dívidas, os credores da TRAMBIQUE S.A. podem pedir a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, desde que comprovem a má administração de Madruga dos Anjos;

B) Gabriela Cravo e Canela pode pedir a desconsideração inversa da personalidade jurídica, de modo a reconduzir ao patrimônio do casal a casa de praia da família e o apartamento em Miami, que deverão ser partilhados entre os ex-cônjuges;

C) A sociedade TRAMBIQUE S.A. tem personalidade jurídica e patrimônio próprios, pelo que seus credores, sob nenhuma circunstância, poderão se valer do patrimônio de Madruga dos Anjos para satisfazer seus créditos;

D) O Código Civil adotou a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, pelo que basta a insuficiência do patrimônio da sociedade para pagamento dos credores para que se proceda à desconsideração.

26. Mathias, solteiro e capaz, com 65 anos de idade, e Tânia, solteira e capaz, com 60 anos de idade, conheceram-se há um ano e, agora, pretendem se casar. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que Mathias e Tânia.

A) Devem, necessariamente, celebrar pacto antenupcial optando expressamente pelo regime da separação de bens;

B) Poderão casar-se pelo regime da comunhão parcial de bens, desde que obtenham autorização judicial, mediante a prévia demonstração da inexistência de prejuízo para terceiros;

C) Poderão optar livremente dentre os regimes de bens previstos em lei, devendo celebrar pacto antenupcial somente se escolherem regime diverso da comunhão parcial de bens;

D) Somente poderão se casar pelo regime da separação obrigatória de bens, por força de lei e independentemente da celebração de pacto antenupcial.

27. Há cinco anos que Florinda não tem notícias de seu marido Madruga, que saiu para comprar cigarros e nunca mais voltou. Nesse meio tempo, Florinda reconstruiu sua vida, vindo a se envolver em um relacionamento afetivo com Girafales, com quem, agora, deseja se casar. No entanto, a união anterior nunca foi oficialmente dissolvida, razão pela qual Florinda procura o advogado para saber qual a medida mais apropriada a ser tomada tendo em vista seu desejo de um novo matrimônio o quanto antes. A resposta à consulente deve ser:

- A) Requerer a declaração de morte presumida de Seu Madruga, embora ele não se encontrasse em situação de perigo, alegando o decurso do prazo de cinco anos;
- B) Requerer a declaração de ausência de Seu Madruga, que já terá o condão de dissolver o vínculo conjugal e liberá-la para a nova união;
- C) Requerer a declaração de ausência de Madruga e aguardar que, finda a sucessão provisória, seja aberta a sucessão definitiva, quando se firmará a presunção de morte do cônjuge;
- D) Requerer o divórcio, ainda que não seja possível localizar o fumante Madruga para responder à ação.

Sociologia Geral e Jurídica

28. Segundo Chaim Perelman, ao tratar da argumentação jurídica na obra Lógica Jurídica, a decisão judicial aceitável deve satisfazer três auditórios para os quais ela se destina.

Assinale a alternativa que indica corretamente os auditórios.

- a) A opinião pública, o parlamento e as cortes superiores.
- b) As partes em litígio, os profissionais do direito e a opinião pública.
- c) As partes em litígio, o parlamento e as cortes superiores.
- d) As cortes superiores, os organismos internacionais e os profissionais do direito.

Direito Penal

29. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao AGENTE ATIVO DO FATO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Responsabilidade Subjetiva.
II – Igualdade ou isonomia
III – Proibição da presunção de culpabilidade.
IV – Culpabilidade normativa.
V – Imputabilidade.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
b) Todas as assertivas são verdadeiras.
c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
d) Apenas três assertivas são falsas.

30. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à CULPABILIDADE adotada em regra pelo Código Penal Brasileiro, com base nas assertivas de I a V:

- I - Inimputabilidade
II - Potencial conhecimento da licitude.
III - Medida da culpabilidade.
IV - Exigibilidade de conduta diversa.
V – Situação psicológica do sujeito.

- a) As assertivas I e II são falsas.
b) A assertiva V é verdadeira.
c) A assertiva IV é verdadeira e a assertiva III é falsa.
d) A assertiva III é verdadeira.

31. Assinale a opção correta com referência à execução das penas em espécie:

- A) A autorização para a saída temporária deve ser concedida por ato motivado do juízo das execuções, que pode delegar a fiscalização da saídas ao administrador do presídio.
- B) Por falta de previsão legal, não configura falta grave o fato de o reeducando não se reapresentar ao estabelecimento penal, no fim do prazo da prisão temporária, por quase um mês, sem justificativa idônea;
- C) Os condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visitar a família;
- D) O benefício da permissão de saída não se estende aos presos provisórios, restringindo-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto, mediante a necessária autorização do juízo das execuções penais

32. Assinale a alternativa abaixo que traz um crime plurisubjetivo:

- a) Homicídio;
- b) Roubo;
- c) Calúnia;
- d) Rixa

33. João subtraiu um telefone celular, avaliado na quantia de R\$ 800,00, pertencente à Maria, para si, mediante grave ameaça, mantendo-a em seu poder, restringindo sua liberdade durante 2 horas, a fim de garantir o êxito da subtração. João deverá responder por:

- a) roubo e sequestro, em concurso formal.
b) sequestro, já que este absorve o roubo.
c) roubo e sequestro, em concurso material.
d) roubo circunstanciado.

34. Sobre o crime de peculato, é ERRADO afirmar que:

- a) não admite forma tentada.
b) não existe a forma do peculato-furto culposo.
c) é crime próprio.
d) o rito processual previsto para a sua apuração é especial, principalmente devido à possibilidade da apresentação da defesa preliminar.

35. Para efeitos penais, considera-se funcionário público quem exerce:

- a) cargo ou emprego público, mas não função pública transitória.
b) cargo, emprego ou função pública, ainda que sem remuneração.
c) emprego ou função pública, mas não cargo público remunerado.
d) cargo, emprego ou função pública, desde que remunerados.

36. O funcionário que patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua qualidade, comete o crime de:

- a) tráfico de influência
- b) exploração de prestígio
- c) concussão
- d) advocacia administrativa

37. Com relação ao crime de peculato é CORRETO afirmar que:

- a) no caso de peculato culposo, a reparação de dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se o ressarcimento for posterior, reduz de metade a pena imposta.
- b) sujeito ativo só pode ser o funcionário público, uma vez que, pelo princípio da incommunicabilidade, essa qualidade não se estende a outro concorrente, não exercente de cargo ou função pública.
- c) a reposição do dinheiro público não descaracteriza o peculato doloso, mas influi na dosimetria de pena por se tratar de desistência voluntária.
- d) não haveria absorção da falsidade, se esta constitui meio para a prática do desfalque.

38. Aspirina Estrombótica, escrevente da 15ª Vara Criminal, em concurso com dois policiais militares, exigiu vantagem indevida para “relaxar a prisão” de dois agentes que foram presos e autuados em flagrante, portando 98 “cabeças” da substância entorpecente Erytrossilum Coca Lamark, ou cocaína, como é vulgarmente conhecida. Pergunta:

- a) Ao exigirem a vantagem indevida configurou-se o crime de concussão.
- b) O crime praticado foi o de extorsão.
- c) Praticaram o delito de peculato na sua modalidade dolosa.
- d) Há o concurso de agentes no delito de prevaricação.

Processo Civil

39. Os irmãos Rafael e Daniela são proprietários de um imóvel na Av. São Sebastião, n. 20. Eles realizaram um contrato de locação com Joana, estudante, por prazo indeterminado. Após três anos de vigência de contrato, devido aos grandes eventos internacionais na cidade, os irmãos propuseram uma ação revisional de aluguel, tendo em vista a valorização constatada na área em que fica o imóvel. A partir da hipótese sugerida, assinale a opção correta.

- A) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo unitário, uma vez que há solidariedade entre os irmãos, o que faz com que um deles, sozinho, possa ajuizar a ação, tendo a decisão efeito para ambos.
- B) Trata-se de litisconsórcio passivo multitudinário, pois a ação revisional, se procedente, alterará o valor da locação para todo e qualquer candidato à locação.
- C) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo simples, pois no lugar de uma única ação, cada irmão pode entrar com uma ação revisional diferente para atualizar o valor do imóvel, e as duas correrão normalmente, em separado.

D) Trata-se de litisconsórcio ativo necessário unitário, uma vez que a lei assim o exige e a decisão do juiz será a mesma para os dois irmãos.

40. A respeito da relação entre a reconvenção e a ação na qual ela foi oferecida, assinale a afirmativa correta.

- A) São ações autônomas e, por isso, a reconvenção não tem o seu prosseguimento obstado pela desistência da ação primitiva.
- B) Em caso de extinção da demanda primitiva, sem resolução do mérito, a reconvenção não pode prosseguir, em razão da sua subordinação perante aquela.
- C) A reconvenção, por seu caráter acessório, não deve ser conhecida, no caso de desistência da ação primitiva, mas terá prosseguimento nos outros casos de extinção sem resolução de mérito.
- D) Em razão da prejudicialidade existente entre elas, a ação primitiva deve ser julgada em momento anterior à reconvenção.

41. A respeito do fenômeno processual do litisconsórcio, que consiste na pluralidade de sujeitos ocupando um ou ambos os polos da relação jurídica para litigar em conjunto no mesmo processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Não constitui fundamento para a formação de litisconsórcio a ocorrência de afinidade de questões por um ponto em comum de fato ou de direito.
- B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- C) Na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis não se admitirá a formação de litisconsórcio como forma de prestigiar uma prestação jurisdicional mais célere e simplificada.
- D) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

42. A citação é capaz de gerar efeitos processuais e materiais, consoante o que preceitua o Art. 219 do Código de Processo Civil. Sobre os efeitos da citação, assinale afirmativa correta.

- A) Realizada a citação, induz-se a litispendência. Todavia, continua sendo possível a propositura de nova ação idêntica, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional é corolário do Estado Democrático de Direito, devendo-se viabilizar o acesso à justiça.
- B) A citação válida, por si só, não é capaz de tornar a coisa ou o direito litigioso, ou seja, estes não passam a estar vinculados ao resultado do processo. Sendo assim, em caso de alienação do bem, será possível, a qualquer tempo, a alteração da legitimidade das partes.
- C) A citação válida não é capaz de interromper a prescrição. Sendo assim, somente poderá falar-se em interrupção se a parte assim o requerer ao juiz,

devendo este, antes de decidir, possibilitar o contraditório por parte do réu.

D) Em regra, a citação constitui o devedor em mora. Nada obstante, nos casos em que as obrigações não possuam termo certo, é possível constituir o devedor em mora por intermédio do envio de notificação judicial ou extrajudicial.

43. Lino ajuizou ação de cobrança pelo rito ordinário em face de Paulo, pleiteando o pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Em contestação, Paulo alegou pagamento integral da dívida, juntando aos autos diversos recibos. Em resposta à peça de defesa, Lino arguiu a falsidade dos recibos apresentados por Paulo. Considerando as regras sobre a arguição de falsidade previstas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

A) Lino poderia arguir o incidente de falsidade em qualquer tempo, bem como o grau de jurisdição, por não haver preclusão.

B) No incidente de falsidade instaurado, Paulo será dispensado de intimação para se manifestar, uma vez que o procedimento não está submetido ao contraditório.

C) Será dispensado o exame pericial dos recibos juntados aos autos se Paulo concordar em retirá-los e Lino não se opuser ao desentranhamento.

D) O incidente de falsidade suscitado por Lino será processado em apenso aos autos principais, uma vez que o Código de Processo Civil expressamente determina aplicação subsidiária do procedimento estabelecido às exceções de impedimento e suspeição.

44. Analise os itens abaixo e assinale:

I Conforme o recurso interposto, os pressupostos de admissibilidade serão verificados tanto pelo juízo a quo, quanto pelo juízo ad quem.

II - O juízo de admissibilidade dos recursos cinge-se a verificação das condições da ação e os pressupostos processuais para, somente após, proferir o juízo de mérito, posicionando-se pelo provimento ou não do recurso interposto.

III - Conforme o princípio da taxatividade, as disposições legais que criam os recursos poderão ser interpretadas analogicamente.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- d) Apenas os itens I e III estão incorretos.

45. Acerca dos recursos cíveis, assinale a alternativa correta:

a) cabe recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça que decidir o incidente de declaração de inconstitucionalidade;

b) a autenticação das peças trasladadas não é pressuposto de admissibilidade do agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória do juiz de primeiro grau;

c) cabe recurso de embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver mantido, em grau de apelação, a sentença de mérito.

d) cabe recurso de agravo de instrumento contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que não conhecer do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral.

46. Com relação aos recursos, assinale a opção correta.

a) Se o relator do agravo de instrumento deferir, em antecipação de tutela, a pretensão recursal, da decisão caberá novo agravo de instrumento.

b) O recorrente pode desistir do recurso interposto, independente da opinião da outra parte.

c) Caberá apelação da decisão do juiz singular que excluir da lide uma das partes, por ilegítima, prosseguindo o processo em relação à outra.

d) Do acórdão que reformar sentença terminativa, por maioria de votos, caberão embargos infringentes.

47. Concedida a ordem no mandado de segurança – em cujo feito foi considerada inválida lei local contestada em face de lei federal – e interposto recurso de apelação, o Tribunal de Justiça, por maioria, reformou a sentença. Indaga-se: qual o meio processual adequado para a impugnação do respectivo acórdão?

- a) Embargos infringentes.
- b) Recurso ordinário.
- c) Recurso especial.
- d) Recurso extraordinário.

48. O princípio do duplo grau de jurisdição possibilita o reexame de decisão e/ou sentença por uma instância jurisdicional superior por meio de recurso. Sobre os recursos, sustenta-se:

I. Nos recursos especiais e nos extraordinários há efeito devolutivo e translativo.

II. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, em razão do efeito extensivo dos recursos.

III. A morte da parte ou de seu procurador é causa de suspensão do prazo recursal.

IV. São pressupostos de admissibilidade do recurso a tempestividade, o preparo, o interesse recursal, o cabimento e a recorribilidade.

Estão em desacordo com a legislação pátria:

- a) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições II e IV.
- b) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições III e IV.
- c) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições I, III e IV.
- d) Estão em desacordo com a legislação pátria as proposições I, II e III.

Direito Administrativo

49. No campo do Direito Administrativo, a relação jurídico-administrativa:

a) é regida pelo princípio do *pacta sunt servanda*, não havendo casos em que a Administração Pública pode

modificar, unilateralmente, um contrato previamente assinado entre as partes;

b) submete a Administração Pública à vontade exclusiva dos governantes, pois cabe a estes apontar os rumos que a Administração Pública deve seguir;

c) deve sempre estar vinculada à finalidade pública, à vontade do administrador e à vontade das pessoas públicas;

d) implica em atuação de ofício na consecução e proteção dos interesses públicos contidos na esfera de competências atribuídas pela lei ao administrador.

50. A propósito da atividade administrativa, considere.

I. A administração pública tem natureza de múnus público para quem a exerce, isto é, de encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade.

II. No desempenho dos encargos administrativos o agente do Poder Público tem liberdade de procurar qualquer objetivo, ou de dar fim diverso do previsto em lei, desde que atenda aos interesses do Governo.

III. Dentre os princípios básicos da Administração não se incluem o da publicidade e o da eficiência.

IV. O princípio da legalidade significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito a mandamentos da lei e às exigências do bem comum.

V. Enquanto no Direito Privado o poder de agir é uma faculdade, no Direito Público é uma imposição, um dever para o agente que o detém, traduzindo-se, portanto, num poder-dever.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I, II e III;

b) I, IV e V;

c) II, IV e V;

d) III e IV;

51. Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, está em conformidade com a:

a) moralidade o ato administrativo praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade;

b) eficiência a prestação de serviço público que satisfaça em parte às necessidades dos administrados, desde que realizados com rapidez e prontidão;

c) publicidade o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou o indispensável à defesa da intimidade;

d) impessoalidade a violação da ordem cronológica dos precatórios para o pagamento dos créditos de natureza comum;

52. Sobre os princípios que regem a administração pública, é incorreto afirmar:

a) o princípio da moralidade exige que o administrador se pautar por conceitos éticos;

b) o princípio da supremacia do interesse público decorre da posição privilegiada dos órgãos e entes públicos encarregados da preservação do interesse público;

c) em decorrência do princípio da hierarquia, que é restrito às funções administrativas e não aplicáveis às funções tipicamente legislativas e judiciais, a Administração Pública possui a prerrogativa de avocar atribuições, e também de rever os atos dos subordinados;

d) a Constituição Federal prevê, expressamente, os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e razoabilidade.

53. Princípios da Administração Pública.

I. Dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público decorre, dentre outros, o da especialidade, concernente originalmente à ideia de desconcentração administrativa.

II. O princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade dos atos administrativos trata de presunção relativa, sendo o efeito de tal presunção o de inverter o ônus da prova.

III. Como decorrência do princípio da autotutela, a Administração Pública direta fiscaliza as atividades exercidas pelos entes da Administração indireta.

IV. A motivação, em regra, não exige formas específicas, podendo ser ou não concomitante com o ato, além de ser feita, muitas vezes, por órgão diverso daquele que proferiu a decisão.

SOMENTE estão corretas as assertivas:

a) II e IV;

b) I e II;

c) I e IV;

d) II e III.

54. O regime jurídico a que se submete a Administração Pública é caracterizado por algumas prerrogativas e sujeições, que podem ser assim exemplificadas:

a) impenhorabilidade dos bens de titularidade da Administração direta e das autarquias e fundações públicas;

b) submissão a processo especial de execução judicial e juízo privativo, para as entidades integrantes da Administração direta e indireta;

c) obrigatoriedade de concurso público para contratação de pessoal, exceto para as sociedades de economia mista que atuam em regime de competição com empresas privadas;

d) sujeição ao controle externo pelo Tribunal de Contas, exceto em relação às empresas controladas pelo Estado que não recebam recursos para despesas de custeio;

55. Assinale a opção correta com referência à administração direta e indireta.

a) As autarquias são instituídas por lei, iniciando-se a sua existência legal com a inscrição, no registro próprio, de seu ato constitutivo.

b) As empresas públicas, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público são beneficiárias do princípio da imunidade tributária, no que se refere aos impostos sobre a renda, o

patrimônio e os serviços federais, estaduais e municipais.

c) As sociedades de economia mista, diferentemente das empresas públicas, não podem revestir-se de qualquer forma admitida em direito, devendo formar-se sempre como sociedade anônima, necessariamente uma sociedade empresarial.

d) O princípio da reserva legal, segundo o qual todas as entidades integrantes da administração indireta, independentemente da esfera federativa a que estejam vinculadas, devem ser instituídas por lei, aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, mas não às suas subsidiárias.

56. Sobre o tema poderes administrativos, marque a alternativa correta.

a) É pacífico o entendimento de que os poderes administrativos são renunciáveis.

b) Regulamento autônomo é aquele que complementa a lei, permitindo a sua fiel execução.

c) Hierarquia é o escalonamento em plano horizontal dos órgãos e agentes da Administração, estabelecendo uma relação de coordenação.

d) O poder disciplinar permite a aplicação de sanções aos servidores da Administração Pública por infração funcional.

57. Considerando que sejam atributos do poder de polícia a discricionariedade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade, da qual são desdobramentos a exigibilidade e a executoriedade, é correto afirmar.

a) A discricionariedade está presente em todos os atos emanados do poder de polícia.

b) A exigibilidade compreende a necessidade de provocação judicial para adoção de medidas de polícia.

c) A autoexecutoriedade prescinde da coercibilidade, que pode ou não estar presente nos atos de polícia.

d) O poder de polícia pode ser exercido por meio de atos vinculados ou de atos discricionários, neste caso quando houver certa margem de apreciação deixada pela lei.

58. Para bem atender ao interesse público, a Administração é dotada de poderes administrativos, que são instrumentos de trabalho adequados à realização das tarefas administrativas. Esses poderes se apresentam diversificados segundo as exigências do serviço público, o interesse da coletividade e os objetivos a que se dirigem. Dentre eles está o poder de polícia. Assinale a opção abaixo que corresponde ao correto conceito desse poder de polícia.

a) É a faculdade de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

b) É a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) de explicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.

c) É a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

d) É a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

Direito do Trabalho

59. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, não é correto afirmar que:

a) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, em virtude do princípio da isonomia, atingirão tanto os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento, quanto aqueles admitidos antes da modificação;

b) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro;

c) A licença-prêmio, na vigência do contrato de trabalho, não pode ser convertida em pecúnia, salvo se expressamente admitida a conversão no regulamento da empresa;

d) Nula é a punição de empregado se não precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa por norma regulamentar.

60. Qual dos requisitos abaixo, considerando se tratar de empregado autônomo, impede o reconhecimento do vínculo empregatício:

a) Pessoalidade.

b) Continuidade.

c) Subordinação.

d) Onerosidade.

61. Assinale a alternativa que correlacione corretamente a definição de trabalhador autônomo, trabalhador avulso e trabalhador eventual.

I. Aquele que, sindicalizado ou não, presta serviços sem vínculo empregatício a diversas empresas, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra.

II. Pessoa física contratada apenas para trabalhar em certa ocasião específica, sem relação de emprego.

III. Pessoa física que presta serviços com habitualidade, com continuidade, por conta própria, a uma ou mais de uma pessoa, assumindo os riscos da atividade econômica.

a) () I autônomo, II avulso, III eventual.

b) () I eventual, II avulso; III autônomo.

c) () I eventual, II autônomo, III avulso.

d) () I avulso, II eventual, III autônomo.

62. Na legislação trabalhista brasileira:

a) As empresas, mesmo compondo um grupo econômico, desde que tenham, cada uma delas,

personalidade jurídica própria, não são, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis entre si.

b) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

c) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico (industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica), serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis à empresa principal e cada uma das subordinadas.

d) Não é reconhecida a figura da solidariedade entre empresas, ainda que constituam um grupo econômico.

63. O contrato de experiência tem o prazo limite de:

- a) 1 ano;
- b) 60 dias improrrogáveis;
- c) Até 90 dias prorrogáveis por mais 30;
- d) Até 90 dias;

64. O novo prefeito de Tribobó do Oeste decidiu contratar quatro coveiros para o cemitério público da cidade, o que fez diretamente pelo regime celetista, sem a realização de concurso público. Após um ano de trabalho, os coveiros foram dispensados e ajuizaram reclamação trabalhista, postulando férias vencidas mais 1/3, aviso prévio, 13º salário e depósitos do FGTS, já que sempre receberam os salários em dia. Assinale a opção que contempla a(s) verba(s) de direito a que os coveiros efetivamente fazem jus.

- A) Todas as verbas indicadas, pois decorrem do contrato de trabalho celetista.
- B) Aviso prévio, 13º salário e FGTS, por terem efetivo cunho rescisório.
- C) Apenas os depósitos de FGTS.
- D) Apenas os depósitos de FGTS e férias vencidas mais 1/3, por ter o FGTS natureza salarial e as férias serem direito adquirido pelo ano trabalhado.

65. Quando surge motivo que torna impossível a continuação de contrato de trabalho, em razão de desídia do trabalhador, no desempenho de sua função, o empregador poderá aplicar ao empregado:

- a) suspensão;
- b) demissão sem justa causa;
- c) justa causa;
- d) advertência.

66. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a embriaguez do empregado:

- a) só admite a extinção do contrato de trabalho, por

justa causa, se este se embriagar habitualmente em serviço;

b) permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se a embriaguez for habitual ou em serviço;

c) não propicia a demissão por justa causa;

d) só permite a extinção do contrato de trabalho, por justa causa, se essa embriaguez ocorrer fora do serviço, independente de sua frequência.

67. Analise as assertivas e ao final responda.

I - As cláusulas denominadas *closed shop* (empresa fechada), *union shop* (empresa sindicalizada), *preferencial shop* (empresa preferencial) e *maintenance of membership* (manutenção de filiação), como cláusulas de segurança que são, têm plena validade em nosso ordenamento jurídico.

II - O empregado eleito para o cargo de administração sindical, que voluntariamente aceite a transferência para lugar que lhe dificulte o desempenho de suas atribuições sindicais, perde o mandato.

III - O art. 522 da CLT, que estipula sete, como número máximo de diretores do Sindicato, foi recepcionado pela CF/88.

IV - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade mesmo que exerça, na empresa, atividade não pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual tenha sido eleito dirigente.

V - A Convenção 98 da OIT, que trata do “direito de sindicalização e negociação coletiva”, vigora no Brasil desde a década de 1950.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) II, III e V;
- b) I, II e III;
- c) IV e V;
- d) I, IV e V.

68. Leia e analise os itens abaixo:

I - A adequação setorial negociada faz prevalecer as normas coletivas sobre as estatais em relação a direitos de indisponibilidade absoluta, quando estiver promovendo transação, e não renúncia a direitos.

II - A liberdade de associação sindical compreende uma dimensão positiva, ligada à livre vinculação ao sindicato, e uma negativa, ligada à prerrogativa de livre desfiliação, pela liberdade para manter-se associado, ambas com expressa previsão constitucional.

III - O princípio da isonomia fundamenta o direito de sindicalização dos servidores públicos, nas mesmas condições asseguradas aos trabalhadores do setor privado, sendo injustificadas quaisquer restrições.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) apenas as assertivas II e III estão corretas;
- c) apenas as assertivas I e III estão corretas;
- d) apenas a assertiva II está correta

Processo Penal

69. Na cidade “A”, o Delegado de Polícia instaurou inquérito policial para averiguar a possível ocorrência do delito de estelionato praticado por Márcio, tudo conforme minuciosamente narrado na requisição do Ministério Público Estadual. Ao final da apuração, o Delegado de Polícia enviou o inquérito devidamente relatado ao Promotor de Justiça. No entendimento do parquet, a conduta praticada por Márcio, embora típica, estaria prescrita. Nessa situação, o Promotor deverá:

- A) arquivar os autos.
- B) oferecer denúncia.
- C) determinar a baixa dos autos.
- D) requerer o arquivamento.

70. Um professor na aula de Processo Penal esclarece a um aluno que o Ministério Público, após ingressar com a ação penal, não poderá desistir dela, conforme expressa previsão do Art. 42 do CPP. O professor estava explicando ao aluno o princípio da:

- A) indivisibilidade.
- B) obrigatoriedade.
- C) indisponibilidade.
- D) intranscendência.

71. Tendo como base o instituto da ação penal, assinale a afirmativa correta.

- A) Na ação penal privada vigora o princípio da oportunidade ou conveniência.
- B) A ação penal privada subsidiária da pública fere dispositivo constitucional que atribui ao Ministério Público o direito exclusivo de iniciar a ação pública.
- C) Como o Código Penal é silente no tocante à natureza da ação penal no crime de lesão corporal culposa, verifica-se que a referida infração será de ação penal pública incondicionada.
- D) A legitimidade para ajuizamento da queixa-crime na ação penal exclusivamente privada (ou propriamente dita) é unicamente do ofendido.

72. Paulo reside na cidade “Y” e lá resolveu falsificar seu passaporte. Após a falsificação, pegou sua moto e viajou até a cidade “Z” com o intuito de chegar ao Paraguai. Passou pela cidade “W” e pela cidade “K”, onde foi parado pela Polícia Militar. Paulo se identificou ao policial usando o documento falsificado e este, percebendo a fraude, encami-nhou Paulo à delegacia. O Parquet denunciou Paulo pela prática do crime de uso de documento falso. Assinale a afirmativa que indica o órgão competente para julgamento.

- A) Justiça Estadual da cidade “Y”.
- B) Justiça Federal da cidade “K”.
- C) Justiça Federal da cidade “Y”.
- D) Justiça Estadual da cidade “K”.

73. A Constituição do Estado “X” estabeleceu foro por prerrogativa de função aos Vereadores de todos os seus Municípios, estabelecendo que “os Vereadores serão julgados pelo Tribunal de Justiça”. José, Vereador do Município “Y”,

pertencente ao Estado “X”, mata João, amante de sua esposa. Pergunta-se, qual o órgão competente para o Julgamento de José?

- A) Justiça Estadual de 1ª Instância;
- B) Tribunal de Justiça;
- C) Tribunal Regional Federal;
- D) Justiça Federal de 1ª Instância.

74. Sobre as medidas cautelares diversas de prisão é correto afirmar que:

- A) Observados os princípios da necessidade e adequação da medida, presentes os demais requisitos legais, o juiz poderá aplicar, de ofício, a proibição ao indiciado de se aproximar da vítima do crime de extorsão, durante o curso do inquérito policial;
- B) se o crime gerou intensa repercussão social, fica prejudicada, de plano, a aplicação de medidas cautelares diversas de prisão;
- C) o juiz pode revogar ou substituir, de ofício, medida cautelar diversa de prisão aplicada ao réu no curso do processo, quando verificar falta de motivo para mantê-la;
- D) Na hipótese de processo por lesão corporal, praticada contra mulher, no âmbito doméstico, é vedado ao juiz aplicar cautelar diversa da prisão simultaneamente com medida protetiva da Lei “Maria da Penha”.

75. Assinale a alternativa correta:

- A) Defere-se a liberdade provisória ao indiciado preso em flagrante pelo tráfico ilícito de drogas, ainda que presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar previstos no artigo 312, CPP, em especial o da garantia da ordem pública;
- B) A inafiançabilidade do delito de tráfico de entorpecentes, estabelecida constitucionalmente, não significa óbice à liberdade provisória, considerando o conflito do inciso XLIII com o LXVI, ambos do artigo 5, CF;
- C) Para deferir o benefício da liberdade provisória é dispensável motivação aliada a um dos requisitos do artigo 312 do CPP;
- D) Ainda que o STF tenha declarado inconstitucional a expressão “liberdade provisória”, constante do artigo 44, caput da Lei 11343/06, é cabível a manutenção da prisão preventiva aos crimes de tráfico de entorpecentes, em face do referido óbice legal.

76. Quanto ao julgamento pelo Tribunal do Júri, assinale a afirmativa incorreta.

- A) As partes não poderão fazer referência, em plenário, à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado.
- B) Durante o julgamento, não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte.
- C) Durante os debates em Plenário, os jurados poderão solicitar ao orador, por intermédio do juiz-

presidente do Tribunal do Júri, que esclareça algum fato por ele alegado em sua tese.

D) Se a verificação de qualquer fato, reconhecida como essencial para o julgamento da causa, não puder ser realizada imediatamente, o juiz-presidente determinará que o Conselho de Sentença se recolha à sala secreta, ordenando a realização das diligências entendidas necessárias.

77. Segundo o Código de Processo Penal, a citação do réu será feita:

- A) por hora certa;
- B) Por edital, independentemente de onde o réu se encontrar preso;
- C) Mediante requisição à Autoridade prisional, dispensando-se o mandado;
- D) pessoalmente;

78. De acordo com as normas que regem os juizados especiais, assinale a alternativa correta:

- A) A competência do juizado especial criminal é determinada pelo lugar em que tenha sido praticada a infração penal, ou pelo lugar em que se tenha produzido seu resultado;
- B) Sempre que possível, a citação do autor do fato deverá ser feita pessoalmente no próprio juizado, ou por mandado, e, não sendo ele encontrado para ser citado, o juiz deverá encaminhar as peças existentes ao juízo criminal comum;
- C) Os atos processuais praticados nos juizados especiais criminais devem ser públicos, podendo realizar-se em horário noturno, em qualquer dia da semana, ressalvados domingos e feriados;
- D) O instituto da transação penal não se aplica no âmbito da justiça militar, salvo nos crimes militares próprios;

Direito Ambiental

79. Considerando a tutela do meio ambiente cultural, assinale a opção correta.

- a) Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- b) O tombamento, como instrumento de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, pode recair em bens particulares, mas não em bens públicos.
- c) Um bem somente pode ter reconhecido seu valor cultural e ser, portanto, objeto de tombamento, por via legislativa ou por intermédio de procedimento administrativo, não admitindo a legislação que o tombamento seja feito por determinação jurisdicional.
- d) São bens sujeitos a tombamento os provenientes da atividade humana, como os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural. Os bens naturais, como os sítios arqueológicos e as paisagens naturais, não podem ser objeto de tombamento ambiental.

80. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) A criação de uma Unidade de Conservação (UC) não exige consulta pública, pois é competência dos

órgãos executores integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente em caráter exclusivo.

b) Na demarcação de qualquer UC, deve-se considerar o estabelecimento de corredores ecológicos e zonas de amortecimento.

c) Mosaico de UCs compreende uma justaposição ou superposição, reconhecida formalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, de UCs de diversas categorias, seja públicas, seja privadas.

d) Estação ecológica é uma UC de proteção integral com finalidade de preservar a biota e os demais atributos naturais, sendo vedada qualquer ingerência humana em seus limites.